

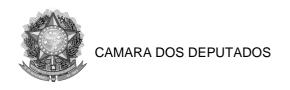
## PROJETO DE LEI Nº 5.938, DE 2009 (Do Poder Executivo)

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

EMENDA Nº , DE 2009 (Do Sr. Osório Adriano )

Acrescente-se ao art. 47 do Projeto de Lei nº 5.938, de 2009, as seguintes alterações ao art. 50 da Lei nº 9.478, de 1997:

§ 2 <sup>0</sup>
II – quarenta por cento para o Estado produtor, no caso de produção em terra, e para todos os Estados, Territórios e Distrito Federal, no caso da produção na plataforma continental, distribuídos na forma do Fundo Especial a que se refere o art. 49.
V – dez por cento para o Município produtor, no caso da produção em erra, e para todos os Municípios da Federação, no caso da produção na plataforma continental, distribuídos na forma do Fundo Especial a que se refere o art. 49.
(NR)"
` '



## **JUSTIFICAÇÃO**

A legislação reserva aos Estados e Municípios, confrontantes com campos petrolíferos da plataforma continental, uma parcela maior de recursos provenientes do pagamento de participação especial, de forma a ressarci-los em razão dos impactos causados pelas atividades de pesquisa e exploração dessas jazidas. O critério utilizado, no entanto, faz com que um pequeno grupo de Estados e Municípios se aproprie de quase a totalidade dos recursos.

Contudo, em que pese o impacto mais significativo que sofrem os Estados e Municípios confrontantes, tenho que a distribuição legal há de ser alterada.

De fato, as jazidas de petróleo e gás natural encontram-se na chamada plataforma continental que, nos termos do inciso V do art. 20 da Constituição Federal, pertence à União. Ora, não se afigura razoável que um recurso pertencente a todos os brasileiros beneficie apenas alguns entes federativos.

Assim, o intuito maior da presente proposta é o de proporcionar uma distribuição mais equânime dos recursos provenientes da exploração de petróleo, beneficiando não só os Estados e Municípios que sofrem os impactos causados pelas atividades de exploração do petróleo, mas, também, os demais entes da federação.

Sala das Sessões, em

de setembro de 2009.

DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO DEM/DF